



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
(Do Sr. Helio Lopes)

Requer informações detalhadas à Ministra da Igualdade Racial, Sra. Anielle Franco, acerca de entrevista dada pela Sra. Márcia Lima, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo, ao portal Metrôpoles, em que esta afirmou que pretende aumentar a cota para pessoas negras em concursos públicos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Ministra da Igualdade Racial, Sra. Anielle Franco, o presente pedido de informações a respeito da afirmação feita pela Sra. Márcia Lima, Secretária de Políticas de ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo, em entrevista dada ao portal Metrôpoles<sup>1</sup>, em que esta afirma que pretende aumentar a cota para pessoas negras em concursos públicos.

Com o objetivo de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as perguntas que seguem:

1. Na entrevista acima mencionada, a Sra. Márcia Lima, Secretária de Políticas de ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo, ao tempo em que afirma que pretende aumentar a cota para pessoas negras em concursos públicos, informa não existirem dados neste momento para embasar a pretendida mudança. Desta forma, questiona-se: quais fundamentos foram utilizados pela Sra. Márcia Lima para concluir pela necessidade de aumento de cotas para

1

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/secretaria-da-igualdade-racial-quer-aumentar-cota-racial-em-concursos>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **HELIO LOPES** – PL/RJ

pessoas negras em concursos públicos? Antes da conclusão pela necessidade de aumento da cota, foi realizado algum estudo com dados fundamentados a respeito do assunto? Em caso afirmativo, solicita-se o envio dos dados do estudo.

2. Ainda na entrevista, a Sra. Márcia Lima descreve a existência de estudos detalhando as estratégias de fraudes em concursos públicos e também a necessidade da criação de recomendações para qualificar e padronizar as comissões de heteroidentificação, chegando a relatar acerca do cometimento de injustiças e que, nas suas próprias palavras, “*a comissão não é uma aferição de 100%*”. A respeito deste assunto, questiona-se: quais são os fatores utilizados pelas comissões de heteroidentificação para qualificar uma pessoa como negra e, conseqüentemente, determinar se esta tem direito à cota? Neste ponto, solicito o envio dos estudos mencionados pela Sra. Márcia Lima a respeito das estratégias de fraudes em concurso público.
3. Há algum estudo do Ministério a respeito das conseqüências negativas resultantes da utilização do sistema de cotas no Brasil? Há algum levantamento a respeito de quantas pessoas consideradas vulneráveis socialmente são deixadas de lado em favor de pessoas consideradas negras e com condições de oportunidades melhores do que aquelas? Em caso afirmativo, solicita-se o envio dos dados dos estudos.
4. Existe alguma ação/política pública do Ministério voltada às pessoas socialmente vulneráveis e que não se encontram beneficiadas pelas cotas? Em caso afirmativo, solicito o detalhamento da ação.
5. Há algum estudo do Ministério no sentido de estabelecer um limite temporal quanto à real necessidade da utilização do sistema de cotas no Brasil? Em caso afirmativo, solicita-se o envio dos dados do estudo.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **HELIO LOPES** – PL/RJ

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a Sr<sup>a</sup>. Ministra da Igualdade Racial entenda como relevantes para a compreensão dos fatos.

## JUSTIFICAÇÃO

Em recente entrevista concedida ao Portal Metropoles, a Sra. Márcia Lima, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo, afirmou que pretende aumentar a cota para pessoas negras em concursos públicos.

Ocorre que, na própria entrevista, a Sra. Márcia Lima informou que não existem dados neste momento para embasar a pretendida mudança. Além disso, relatou a existência de fraudes em concursos públicos e constatou a necessidade de criar recomendações para qualificar e padronizar as comissões de heteroidentificação, chegando a afirmar “*que várias injustiças já foram cometidas*” e que “*a comissão não é uma aferição de 100%.*”.

Ora, independentemente do posicionamento político a respeito das cotas, entende-se que o Governo Federal não pode pautar-se unicamente por questões ideológicas, deixando de lado estudos e dados que fundamentem as medidas adotadas.

No caso em questão, a própria Secretária responsável pela política de cotas do Governo Federal deixou de demonstrar o embasamento científico pelo qual chegou à conclusão a respeito da necessidade do aumento da cota para pessoas negras em concursos públicos.

Além disso, a utilização do instrumento das cotas feita de forma não embasada tem ignorado o número de pessoas socialmente vulneráveis que não são consideradas negras pelas bancas de heteroidentificação e que acabam sendo esquecidas pelas políticas públicas oficiais, sendo deixadas de lado unicamente porque não se encaixam no critério da cor de pele.

Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 405 | 70100-970 Brasília DF  
Tel (61) 3215-5405 | [dep.heliolopes@camara.leg.br](mailto:dep.heliolopes@camara.leg.br)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helio Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238675509400>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **HELIO LOPES** – PL/RJ

Outra preocupação deste parlamentar se refere à existência no âmbito do referido Ministério de alguma ação/política pública voltada para aquelas pessoas que, apesar de socialmente vulneráveis, não são contempladas pelo sistema de cotas.

Ainda, é preciso que o Ministério informe de modo transparente quanto à existência de algum estudo que forneça subsídios para se chegar a um limite temporal a respeito da real necessidade da utilização do sistema de cotas no Brasil.

Desta forma, apresenta-se o presente Requerimento de Informações com vistas a que o Ministério da Igualdade Racial esclareça quais elementos fundamentam a continuidade da utilização da política de cotas em detrimento de uma política que, sem segregar a população brasileira pela cor da pele, possibilite a criação de oportunidades aos brasileiros que mais necessitam.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2023.

**Deputado Helio Lopes**  
**PL/RJ**

